



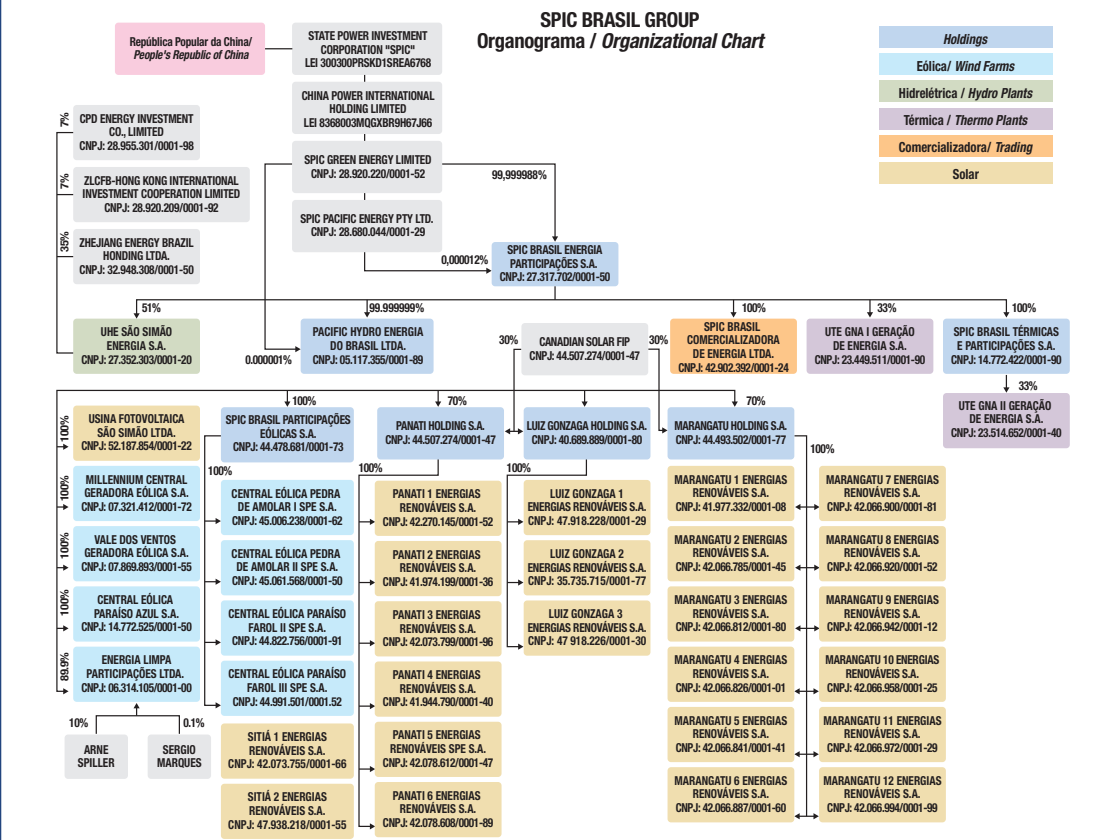
Relatório da Administração

1 - MENSAGEM DA CEO: Prezados acionistas, investidores e parceiros, 2025 foi um ano de consolidação e de avanços consistentes para a SPIC Brasil. Seguiremos fortalecendo nosso portfólio de energia renovável, com a entrada em operação de novos complexos solares, investimentos contínuos em projetos eólicos e decisões estratégicas sempre orientadas pelo crescimento sustentável e pela geração de valor no longo prazo. Nosso desempenho operacional e financeiro reflete essa trajetória responsável e disciplinada. Ampliamos receitas, fortalecemos nossa estrutura de capital e avançamos em eficiência, em um cenário que exigiu ainda mais foco, resiliência e visão estratégica. Esse caminho ganhou um reconhecimento importante em 2025 com a conquista do rating AAA da Fitch Ratings, que reforça a credibilidade da companhia, a solidez do nosso modelo de negócios, a confiança do mercado na nossa governança e na estratégia adotada. Nada disso seria possível sem o empenho do nosso time e a parceria de investidores e stakeholders que compartilham da nossa visão. Seguiremos preparados para os desafios e oportunidades que estão por vir, contribuindo ativamente para a transição energética e para um futuro mais sustentável para o Brasil. Seguiremos juntos, energizando o futuro!

Adriana Waltrick - CEO

2 - NOSSOS PRINCÍPIOS: Visão Geral Evolução: Traçamos da Ásia a ambição de sermos um dos maiores players de energia do Brasil. No entanto, nossos objetivos vão muito além do crescimento da organização: queremos mostrar como a geração de energia segura pode beneficiar nossas comunidades, o país e o planeta. Temos uma visão clara de que podemos - e vamos - mudar o setor. **A Nossa Energia Vem da Soma:** A diversidade é o que faz brilhar nossos olhos; o time da SPIC Brasil é composto por pessoas de diferentes origens, idades e etnias. Somos mais vibrantes, criativos e completos quando juntamos toda essa riqueza em um só lugar. E é ela que nos ajuda a criar valor conjunto e caminhar — com mais força — em direção a nossos objetivos. **Segurança é a Base do Cuidado:** Temos orgulho de ser uma empresa que reinterpreta a segurança, indo além do seu sentido literal. Somos apaixonados por cuidar de nossos públicos e de nossas comunidades. Criamos uma conexão humana com todos em nosso ecossistema e estamos impactando o mercado nacional, trazendo uma abordagem mais segura para o setor de geração de energia.

3 - GRUPO SPIC



4 - PORTFÓLIO: Atualmente, a SPIC Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total em operação de 2.458 MW, sendo 1.710 MW hídrico, 58 MW eólico e 690 MW solar. A Companhia possui, em fase de construção 4 parques eólicos. Os projetos têm sua conclusão prevista em agosto de 2026.

Balanças patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	251.909	67.402	803.702
Contas a receber de clientes	6	-	-	87.795
Ativo financeiro de concessão	7	-	-	1.211.942
Impostos a recuperar	8	13.093	14.807	51.638
Caixa restrito	10	-	-	37
Estoque	-	-	-	24.804
Dividendos e JSCP a receber	11	244.343	89.176	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	100.189
Outros ativos	9	225	172	53.040
Total ativo circulante		509.570	171.557	2.333.147
Não circulante				
Ativo financeiro de concessão	7	-	-	6.677.415
Impostos a recuperar	8	-	-	10
Caixa restrito	10	-	-	112.867
Empréstimos com partes relacionadas	11	207.230	195.974	207.230
Impostos diferidos	26	-	-	10.093
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	229.807
Partes relacionadas	11	216.580	163.020	216.810
Outros ativos	9	24.856	24.486	24.856
Total ativo não circulante		448.666	383.480	7.249.794
Total ativo		958.236	555.037	9.582.941
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	16	25.271	25.960	168.677
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	468.550	14.537	2.738.774
Arrendamentos	18	326	413	8.108
Obrigações sociais e trabalhistas	8	5.428	3.316	38.061
Impostos a recolher	8	228	199	149.916
Dividendos	11	899.820	899.820	983.618
Encargos setoriais	19	-	-	27.196
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	2.622
Outros passivos	9	-	-	2.461
Provisão - Capex melhorias	21	-	-	194.709
Total passivo circulante		1.399.623	944.245	4.460.555
Não circulante				
Fornecedores	16	-	-	28.508
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	449.050
Arrendamentos	18	922	73	76.451
Provisões para contingências	20.1	-	-	3.515
Provisão para desmobilização	20.2	-	-	29.019
Impostos diferidos	26	-	-	812.541
Partes relacionadas	11	188	-	971
Outros passivos	9	-	-	1.959
Provisão - Capex melhorias	21	-	-	380.207
Total passivo não circulante		1.110	449.123	4.468.426
Patrimônio líquido				
Capital social	22	4.730.330	4.100.519	4.730.330
Outros resultados abrangentes	(3.555)	(975)	(3.555)	(975)
Reserva de lucros	84.967	84.967	84.967	84.967
Prejuízos acumulados	(194.896)	(186.258)	(194.896)	(186.258)
Participação de não controladores	-	-	2.951.517	3.041.507
Total patrimônio líquido		4.617.046	3.998.253	7.568.563
Total dos passivos e patrimônio líquido		6.017.779	5.391.621	16.497.544

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
	Capital social	(-) Capital integralizar	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total controladores	Não consolidado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.527.080	-	(45.065)	69.388	300.579	-	3.851.982	2.784.126	6.636.108
Aumento de capital	573.439	-	-	-	-	-	573.439	35.650	609.089
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(186.258)	(186.258)	305.529	119.271
Hedje de fluxo de caixa	-	-	44.090	-	-	-	44.090	-	44.090
Destinação de dividendos de anos anteriores, conforme AGE de 09 de dezembro de 2024	-	-	-	(285.000)	-	-	(285.000)	(83.798)	(368.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.100.519	-	(975)	69.388	15.579	(186.258)	3.998.253	3.041.507	7.039.760
Aumento de capital	711.476	(711.476)	-	-	-	-	-	62.821	62.821
Capital integralizado	-	629.811	-	-	-	(8.438)	(8.438)	281.262	272.824
Prejuízo do exercício	-	-	(2.580)	-	-	(2.580)	(2.580)	(434.073)	(434.073)
Hedje de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.811.995	(81.665)	(3.555)	69.388	15.579	(194.696)	4.617.046	2.951.517	7.568.563

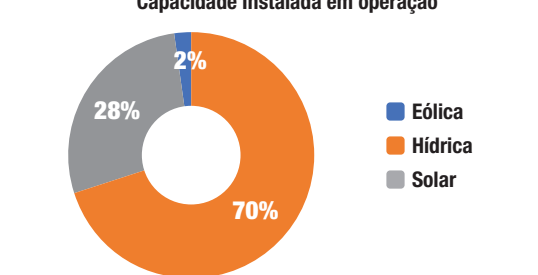
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia" ou quando em conjunto com as suas controladas "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong e em última instância pela State Power Investment Corporation China. A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, com sede no exterior, no País ou no exterior ("holding"). UHE São Simão Energia S.A. é a Companhia e controladora direta da UHE São Simão Energia S.A. ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta Companhia, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais. A UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranahá, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, no Município de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás. **Contrato de concessão:** Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da geração física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da geração física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048. A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm, da Usina assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros. **Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.** A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. ("Controlada"), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto social a atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de sistemas de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas. A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das Companhias: Central Eólica Paraisópolis S.A., Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda. e 70% da Panati Holding e Marangatu Holding. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais: • Central Eólica Paraisópolis S.A. representa o projeto do parque eólico Paraisópolis localizado em Touro-Noro, este projeto está em fase de desenvolvimento; a participação de 100% da Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraisópolis; • Millenium Central Geradora Eólica S.A., porque eólico que entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 102 MW. • Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A., porque eólico que entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW. A energia gerada dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millenium é vendida à EMBRAP - Empresa Brasileira de Participações S.A., de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFRA). • SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., Companhia com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de

Capacidade Instalada em operação



4.1 - Ativos em operação:

Fonte	Ativo	Localização (Estado)	Participação SPIC %	Capacidade Instalada MW	Entrada Operação	Vencimento Concessão/Autorização
Eólica	Millenium	PB	100	100	2007	2034
Eólica	Vale dos Ventos	PB	100	48	2009	2034
Hídrica	UHE São Simão	CE	51	1.710	2018	2048
Solar	Complexo Panati-Sitiá	MG	70	240	2024	2056
Solar	Complexo Marangatu	PI	70	360	2024	2056
Solar	Complexo Luiz Gonzaga	PE	70	90	2024	2056
Total				2.458		

4.2 - Volume contratado: Fonte Hídrica:

Ativo	Tipo	Garantia Física (MWm)	Energia contratada (MWm)	Prazo
UHE São Simão	ACR	841,4	841,4	2048
UHE São Simão	ACL	360,6	-	Negociado com terceiros
Total portfólio		1.202,0	841,4	

Fonte Eólica:

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Millenium	ACR	10	2027
Vale dos Ventos	ACR	48	2029
Total portfólio		58	

Fonte Solar:

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Complexo Panati-Sitiá	CCETAL	45	2038
Complexo Marangatu	CCETAL	76	2038
Complexo Luiz Gonzaga	CCETAL	9	2041
Complexo Luiz Gonzaga	CCETAR 25-44	3	2044
Complexo Luiz Gonzaga	CCETAR 26-40	17	2040
Complexo Luiz Gonzaga	CCETAL	6	2033
Total portfólio		156	

5 - DESEMPENHO OPERACIONAL: Fonte Hídrica: A geração líquida total da Usina de São Simão alcançou 8.953.672 MWh⁽¹⁾ em 2025, o que representa uma variação de 1,06% em relação aos 9.049.733 MWh⁽²⁾ gerados em 2024. Essa redução decorreu, principalmente, do despacho otimizado realizado pelo ONS, que influenciou o volume de geração no período. A receita proveniente das vendas no ACL totalizou R\$ 425.900 em 2025, apresentando um crescimento de 6,13% frente aos R\$ 400.530 registrados em 2024. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, por: i) melhor no preço médio de venda; e ii) maior efeito positivo da modulação. **Fonte Eólica:** A geração eólica líquida total em 2025 foi de 126.565 MWh⁽³⁾, uma variação de 3,68% em relação à geração do ano de 2024 de 122.072 MWh⁽⁴⁾. A receita bruta relacionada à venda no mercado regulado o PROINFRA para o ano de 2025 foi de R\$ 99.267, uma variação de 6,06% em relação a receita bruta do ano de 2024 de R\$ 93.599. O principal fator que contribuiu com tal variação foi o aumento da tarifa decorrente da variação de 4,39% do IGP-M para o ciclo de 2025/2026. Além disso, houve o aumento na geração de energia eólica de 2025. **Fonte Solar:** A geração líquida do complexo solar de Panati-Sitiá em 2025 foi de 464.156 MWh⁽⁵⁾, sendo 22% superior a geração verificada em 2024 de 380.418 MWh⁽⁶⁾, referente ao primeiro ano de operação da usina. Para o complexo solar de Marangatu, foi verificada geração líquida em 2025 de 606.740 MWh⁽⁷⁾, uma variação de 3,68% em relação à geração verificada em 2024 de 523.948 MWh⁽⁸⁾, referente a operação comercial da usina a partir de abril de 2024. A receita relacionada aos contratos de venda para 2025, no complexo Panati-Sitiá foi R\$ 104.805 e no complexo Marangatu foi R\$ 162.567, totalizando R\$ 267.372. Este aumento de 65% está relacionado principalmente à entrada em operação do complexo solar Panati-Sitiá entre janeiro e fevereiro de 2024 e do complexo Marangatu em abril de 2024. O *curtailment* de origem elétrica foi muito elevado até a entrada em operação da linha de

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando por ação)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	2.283.603	2.152.793
Custo de operação	24	-	(793.536)	(642.831)
Lucro bruto			1.490.067	1.509.962
Resultado da equivalência patrimonial	88.300	(93.526)	(140.597)	(375.728)
Administrativas	24	(30.377)	(28.023)	(166.897)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	-	-	11.323
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro			57.923	(121.549)
Receitas financeiras	27.941	15.724	114.187	77.885
Despesas financeiras	(74.894)	(101.515)	(712.837)	(650.300)
Variação monetária/câmbial líquida	19.408	21.082	(18.236)	13.665
Resultado financeiro líquido	25	(66.361)	(64.709)	(616.886)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	-	(221.775)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(82.411)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(8.438)	(186.258)	577.010	399.715
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	(281.262)
Prejuízo do exercício	(8.438)	(186.258)	(8.438)	(186.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado	-	-	2.625.269	2.459.132
Receita operacional bruta	-	-	2.613.743	2.456.588
Receitas Recaudas	-	-	11.526	2.544
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.280)	(10.039)	(619.643)	(519.661)
Custos da energia comprada	-	-	(125.466)	(62.221)
Encargos de uso da rede elétrica	(151)	(218)	(345.094)	(319.938)
Matérias-primas	(5.383)	(8.034)	(108.802)	(101.746)
Serviços de terceiros	(1.746)	(1.787)	(35.758)	(31.043)
Outros custos operacionais	(130)	(89)	(19.640)	(12.240)
Seguros	-	-	3.573	251
(-) Recuperação de despesas	-	-	-	-
Provisões (reversais) para	-	-	1.134	(1.509)
Outras despesas	(1.616)	(1.698)	(13.336)	(13.972)
Gastos com P&D	-	-	(4.546)	(4.320)
Valor adicionado bruto	(7.280)	(10.039)	2.005.626	1.939.471
Retenções	(1.479)	(1.409)	(247.380)	(204.188)
Depreciações e amortizações	(1.479)	(1.409)	(247.380)	(204.188)
Valor adicionado líquido produzido	(8.759)	(11.448)	1.758.246	1.735.283
Valor adicionado recebido em transferência	131.661	90.306	1.262.405	696.098
Receitas financeiras	43.361	183.834	1.403.002	1.071.827
Resultado da equivalência patrimonial	88.300	(93.528)	(140.597)	(375.729)
Valor adicionado total a distribuir	122.902	(10.202)	2.022.651	1.431.381
Distribuição do valor adicionado	122.902	78.858	3.020.651	2.431.381
Pessoa e Encargos	18.101	12.825	109.203	106.859
Remuneração direta	14.524	10.314	186.190	83.406
Benefícios	2.732	1.863	37.322	17.909
FGTS	845	648	5.691	5.544
Impostos, taxas e contribuições	5.024	6.767	61.276	572.90

</

→ **continuação**

(viii) do referido contrato, cujo limite máximo de comprometimento é de 70%. O índice será verificado a partir de 2027, ano que inicia a amortização dos Contratos de Financiamento. Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

18. Arrendamentos: A Companhia e suas controladas realizam a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, mesmo que para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US\$ 5.000,00. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de Financiamento, uma vez que a taxa de juros implica no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos fixos atualizados por índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam a seleção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia e suas controladas mantêm contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos e solares. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de Uso (nota explicativa 13) e Arrendamentos (nota explicativa 18). A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar do contrato de aluguel conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Paga-mentos 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Aluguéis de imóveis	518	1.410	-	(461)	1.467
(-) Ajuste a valor presente	(32)	(219)	32	-	(219)
Total	486	1.191	32	(461)	1.248
Circulante	413	-	-	-	326
Não Circulante	73	-	-	-	418
Total	486	-	-	-	1.248

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização financeira	Paga-mentos 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024
Aluguéis de imóveis	-	958	-	(440)	518
(-) Ajuste a valor presente	-	(103)	71	-	(32)
Total	-	855	71	(440)	486
Circulante	-	-	-	-	413
Não Circulante	-	-	-	-	73
Total	-	-	-	-	486

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Paga-mentos 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Arrendamentos de terra	207.124	(111.413)	83	(6.918)	89.306
Aluguéis de imóveis	52.640	1.168	-	(6.484)	46.894
(-) Ajuste a valor presente	(71.361)	13.672	6.048	-	(51.641)
Total	188.403	(96.573)	6.131	(13.402)	84.559
Circulante	73.580	-	-	-	73.580
Não Circulante	181.059	-	-	-	76.651
Total	188.403	-	-	-	84.559

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Correção contratual	Atualização financeira	Paga-mentos 31/12/2024
Arrendamentos de terra	86.824	131.756	(6.806)	-	(4.650)
Aluguéis de imóveis	21.390	958	36.892	-	(6.255)
(-) Ajuste a valor presente	(55.848)	(15.767)	(6.628)	6.882	-
Total	52.366	116.947	23.458	6.882	(10.905)
Circulante	5.380	-	-	-	5.380
Não Circulante	46.386	-	-	-	181.059
Total	52.366	-	-	-	188.403

19. Encargos setoriais: Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	16.028	4.544	442	-	(6.876)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	328	1.948	-	(2.107)	-
FNCDT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.096	6.493	-	(6.468)	-
MME - Minas e Energia	548	3.246	-	(3.234)	-
TPSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	442	7.414	-	(7.394)	-
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	11.143	71.000	-	(71.397)	-
Total	22.368	94.645	442	(90.600)	(6.876)
Circulante	22.368	-	-	-	22.368
Total	22.368	-	-	-	22.368

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização Monetária	Paga-mentos 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	11.052	4.320	656	-	16.028
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	320	1.852	-	(1.844)	328
FNCDT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.069	6.172	-	(6.145)	1.096
MME - Ministério de Minas e Energia	534	3.086	-	(3.072)	548
TPSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	441	5.545	-	(5.544)	442
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.952	61.823	-	(59.632)	11.143
Total	22.368	82.798	656	(76.237)	29.585
Circulante	22.368	-	-	-	22.368
Total	22.368	-	-	-	29.585

20. Provisões - consolidado: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma expectativa confiável de valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de caixa seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou expertise adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **20.1 Provisões para contingências: 20.1.1 Risco de perda provável:**

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Paga-mentos 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas (i)	492	635	(255)	133	(21)
Cíveis (ii)	32	493	-	14	-
Fiscais (iii)	738	1.080	-	244	(70)
Ambientais	60	-	-	(60)	-
Total	1.322	2.208	(255)	321	(91)

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Paga-mento 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	441	183	14	-	492
Cíveis	381	-	77	-	426
Fiscais	-	561	211	-	34
Ambientais	5	744	305	(606)	1.322

• **Controlada UHE São Simão: (i) Reclamação Trabalhista - 0010042-07.2023.5.03.0063; 0010552-20.2023.5.03.0063; 0010354-46.2024.5.03.0063; 0010167-04.2025.5.03.0063; 1000396-52.2025.5.02.0082; 0000573-04.2024.5.12.0013; 0010448-07.2023.5.18.0129; 0010545-52.2024.5.18.0129; 000121-97.2024.5.18.0129; 0000485-04.2023.5.18.0129; 0000448-29.2023.5.18.0129; 0000448-34.2025.5.18.0129 e 00004482-49.2025.5.18.0129:** A Companhia figura no polo passivo de 13 reclamações trabalhistas, sendo 5 ajuizadas por ex-empregados (empregados próprios) e 8 (terceirizados). O valor total das causas, considerando de forma conjunta e atualizado, perfaz R\$ 931 em 31 de dezembro de 2025. • **Controlada Pacific/Hydro: (i) Reclamação Trabalhista- 0010035-79.2024.5.02.0055:** A Controlada está no polo passivo de uma reclamação trabalhista movida por empresa prestadora de serviços, de forma subsidiária. A primeira reclamada, real empregadora, está no polo e arcará com as despesas. O valor atualizado da causa é de R\$ 28 em 31 de dezembro de 2025. • **Controlada Millennium: (iii) Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231:** Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica Millennium contra o Município de Mataracá. O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 157 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2024). (iii) **Impugnação de Lançamento - Processo nº 1475.17.2022/23-75:** A Companhia discute, na esfera administrativa, Ação de Infração decorrente do Termo de Verificação Fiscal nº 0430100.2013.00023, que trata da glosa de despesas financeiras para fins de apuração do IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2009. A fiscalização concluiu pela indebitabilidade dos encargos financeiros registrados. A Companhia apresentou defesa sustentando que as despesas são necessárias e foram contratadas a taxas compatíveis com o mercado, em linha com precedentes favoráveis do CARF sobre o tema. A impugnação foi rejeitada e a Companhia interpostos Recursos Voluntários, atualmente pendente de julgamento pelo CARF. O valor atualizado em discussão é de aproximadamente R\$ 1.109. • **Controlado Vale dos Ventos: (i) Reclamação Trabalhista - 0000423-96.2025.5.13.0033:** Trata-se de ação movida por ex-empregado terceirizado em face da empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial no parque eólico. O valor atualizado da causa é de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2025. (iii) **Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231:** Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% capital social
SPIC Energy Ltd.	4.730.329	4.730.329	99,9998%	4.100.518	4.100.518	99,9998%
SPIC Pacific Energy PTY Ltd.	1	1	0,00002%	1	1	0,00002%
Total	4.730.330	4.730.330	100%	4.100.519	4.100.519	100%

a. **Destinação dos lucros:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2025 e 2024 e, portanto, não efetuou destinação de resultado. O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Acionistas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
UHE São Simão	51%	242.167	67.219	-
SPIC Comercializadora	100%	244.343	89.176	-
Dividendos a pagar				

	Controladora		Consolidado	
Acionistas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SPIC Energy Ltd.	100%	899.820	899.820	899.820
ZHEJIANG Energy Brazil Holding Limited	35%	-	166.192	59.856
ZLCFB - Hong Kong International Investment	-	-	33.239	11.971
CPD Energy Investment Co. limited	7%	-	33.239	11.971
Total	100%	899.820	899.820	983.618

23. Receita operacional líquida: As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o

tributária e pedido de liminar, ajuizada pela controlada Millennium contra o Município de Mataracá. O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 726 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 602 em 31 de dezembro de 2024). • **Controlada Panati-Sitiá: (ii) Constituição de Serviço - 0200327-48.2023.8.06.0151, 0200326-63.2023.8.06.0151, 0200325-78.2023.8.06.0151:** Trata-se de ações civis de constituição de serviço administrativo para a passagem de linha de transmissão registrada na SPE Panati 1, perante a 1ª e 2ª Vaze Civil da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos, atualizado em 31 de dezembro de 2025 e de R\$ 42 em R\$ 32 em 31 de dezembro de 2024). • **Controlada SPIC Brasil Edições: (i) Atos de Constituição de Serviço de Passagem - 0800319-75.2025.8.20.5158, 0800321-45.2025.8.20.5158, 0800322-30.2025.8.20.5158, 0800324-97.2025.8.20.5158, 0800328-37.2025.8.20.5158, 0800330-07.2025.8.20.5158, 0800327-52.2025.8.20.5158, 0800339-59.2025.8.20.5158, 0800335-29.2025.8.20.5158, 0800757-04.2025.8.20.5158 e 0800755-34.2025.8.20.5158:** Trata-se de ações judiciais com pedido preliminar, na qual as SPEs de Pedra de Amolar e Paraíso Farol, em fase de construção, buscam estabelecer uma servidão de passagem para a linha de transmissão através de uma parte da propriedade dos réus. Juntos, os processos somam R\$ 496 em 31 de dezembro de 2025.

20.1.2 Risco de perda possível:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas (i)	3.135	43	(126)	32	3.084
Cíveis (ii)	821	6.808	-	547	8.176
Fiscais (iii)	596.641	-	(3.538)	61.687	654.790
Ambientais	60	-	(30)	(30)	-
Total	600.657	6.851	(3.694)	62.236	666.050

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	1.612	1.523	-	-	3.135
Cíveis	-	779	-	42	821
Fiscais	223.916	352.905	(288)	20.833	596.641
Ambientais	68	-	-	-	68

Controlada UHE São Simão: (i) **Reclamação Trabalhista- 1000386-30.2025.5.02.0010; 0011550-55.2025.5.15.0056; 0010365-27.2024.5.03.0176; 0001186-62.2025.5.18.0129:** A Companhia figurava no polo passivo de 4 reclamações trabalhistas, ajuizadas por ex-empregados terceirizados. O valor total envolvido nas ações é de R\$ 3.040. (ii) **Revisão Contratual (Civil) - 1074290-23.2024.8.26.0100:** A Companhia é parte passiva em uma ação de revisão contratual. O valor atualizado, atualizado em dezembro de 2024, é de R\$ 898. (iii) **Ação Anulatória (IPTU) - 5589871-16.2019.8.09.0173:** A Companhia discute judicialmente a cobrança de IPTU referente ao exercício de 2012, no valor original de R\$ 5,775, lançada pelo Município de São Simão/GO. A ação anulatória foi ajuizada em outubro de 2019, com garantia do juízo por carta fiança, tendo sido concedida liminar para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Após decisões favoráveis e desfavoráveis nas instâncias ordinárias, o Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2024, proferiu decisão monocrática favorável à Companhia, anulando acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás. Atualmente, o processo encontra-se sobrestado, por decisão publicada em 13 de maio de 2025, aguardando o julgamento do Tema nº 1.297 da Repetição Geral pelo Supremo Tribunal Federal. O valor atualizado da demanda é de R\$38.102. (iii) **Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP) - 10880931960-2019-54; 10880931959-2019-20; 10880931957-2019-31; 10880931958-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947155/2023-13; e 10880.947155/2023-004:** A Companhia recebeu dez autos de infração em nome da não homologação integral de PER/DCOMPS, os quais têm origem em Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCITFs) anuais pendentes de homologação pela Receita Federal do Brasil. Em razão disso, os respectivos PER/DCOMPS também não foram homologados. Em face das autuações, a Companhia apresentou dez manifestações de inconformidade, sustentando a necessidade de homologação das DCITFs e, por consequência, dos PER/DCOMP. O valor atualizado das manifestações é de R\$ 767. (iii) **Auto de Infração - 19614.724361/2021-98 e 13074.733.985/2023-36:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em razão de divergência quanto à forma de tributação dos rendimentos decorrentes da exploração da concessão de geração de energia elétrica dos anos de 2017 e 2018. As autoridades fiscais entendem que a tributação deveria incidir sobre o lucro contábil, ajustado apenas pela amortização da subvenção paga pela concessão, enquanto a Companhia adotou como base de cálculo os valores efetivamente faturados e realizados. A Companhia sustenta a correção de seus procedimentos, por entender que a exigência fiscal resulta na tributação de lucros não realizados, decorrentes do regime contábil aplicável às concessões de serviços públicos. Foram apresentadas defesas administrativas em janeiro de 2024. Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão de primeira instância indeferindo a impugnação, tendo sido interposto Recurso Voluntário em 20 de setembro de 2024. Em 2 de dezembro de 2024, o processo foi distribuído no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), sob relatoria do Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior. Em 30 de julho de 2025 o julgamento do CARF foi convertido em decisão judicial para esdarcimentos adicionais por parte da Receita Federal do Brasil, encontrando-se o processo, atualmente, em fase de diligência, com manifestações já apresentadas pela Companhia. O valor total exigido nos autos de infração, atualizado até dezembro de 2025, é de R\$ 172.912. (iii) **Auto de Infração - 19614.721.818/2024-55 e 13074.738.169/2024-08:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em razão de divergência quanto à forma de tributação de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, em decorrência da não consideração de ajustes realizados na apuração do lucro relacionados à concessão de geração de energia elétrica. Segundo as autoridades fiscais, tais ajustes não seriam admissíveis, resultando na perda de tributos sobre lucros reconhecidos apenas sob o regime contábil aplicável às concessões, os quais não representam valores efetivamente faturados e realizados pela Companhia. No processo 13074.738.169/2024-08, discute-se a não reconheciment das DCITFs retificadas relativas aos referidos períodos. A defesa administrativa foi apresentada em dezembro de 2024, estando o processo atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aguardando inclusão em pauta para julgamento. O processo nº 19614.721.818/2024-55 refere-se ao Auto de Infração propriamente dito, após decisão desfavorável em primeira instância, a Companhia interps Recursos Voluntário ao CARF em novembro de 2025, encontrando-se o processo distribuído e pendente de julgamento. O valor total atualizado da exigência é de R\$39.009,00.

O valor total atualizado da exigência é de R\$39.009,00. A Companhia sustenta a correção de seus procedimentos, por entender que a exigência fiscal resulta na tributação de lucros não realizados, decorrentes do regime contábil aplicável às concessões de serviços públicos. Foram apresentadas defesas administrativas em janeiro de 2024. Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão de primeira instância indeferindo a impugnação, tendo sido interposto Recurso Voluntário em 20 de setembro de 20

★ continuação										Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Consolidado													
Empresa	Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)					
SPIC Brasil	1ª Emissão de Nota Comercial	450.000	CDI + 2,22%	10.743	14.714	18.587	22.365	26.054					
Panati Holding	1ª Emissão de debentures	155.000	CDI + 1,0000%	6.708	9.582	12.406	15.183	17.914					
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999					
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824					
Marangatu Holding	1ª Emissão de Debêntures	655.000	CDI + 1,00%	28.111	40.150	51.979	63.608	75.048					
Marangatu Holding	3ª Emissão de Nota Comercial	176.300	CDI + 0,50%	7	10	13	16	19					
Marangatu 7	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.575	IPCA + 6,3245%	338.824	451.923	595.530	777.409	1.007.186					
Marangatu 8	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.553	IPCA + 6,3245%	338.846	451.923	595.274	777.431	1.007.209					
Marangatu 9	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.577	IPCA + 6,3245%	338.822	451.921	595.528	777.407	1.007.184					
Marangatu 10	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.559	IPCA + 6,3245%	338.840	451.939	595.545	777.424	1.007.202					
Marangatu 11	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	56.936	IPCA + 6,3245%	339.463	452.562	596.169	778.048	1.007.825					
Marangatu 12	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.568	IPCA + 6,3245%	338.831	451.930	595.537	777.416	1.007.193					
Luiz Gonzaga Holding	1ª Emissão de Nota Comercial	55.000	CDI + 0,84%	3.239	4.670	6.086	7.487	8.874					
Luiz Gonzaga I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.000	IPCA + 4,40%	345.186	464.405	614.981	804.688	1.043.114					
Luiz Gonzaga I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	10.000	IPCA + 11,00%	20.733	23.816	27.167	30.807	34.757					
Luiz Gonzaga III	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.000	IPCA + 4,40%	345.186	464.405	614.981	804.688	1.043.114					
Luiz Gonzaga III	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	10.000	IPCA + 11,00%	20.733	23.816	27.167	30.807	34.757					
Pedra de Amolar I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	87.846	IPCA + 4,31%	306.758	420.700	565.762	749.967	983.288					
Pedra de Amolar I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	1.340	IPCA + 5,27%	4.680	6.418	8.632	11.443	15.003					
Pedra de Amolar II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.295	IPCA + 4,31%	262.930	360.593	484.929	642.816	842.801					
Pedra de Amolar II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	1.111	IPCA + 5,27%	4.013	5.504	7.402	9.812	12.865					
Paraíso Farol II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	37.659	IPCA + 4,31%	131.503	180.349	242.535	321.502	421.524					
UHE São Simão	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	559	IPCA + 5,27%	1.951	2.676	3.598	4.770	6.255					
UHE São Simão	1ª Emissão debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	268.565	326.829	386.909	448.842	512.665					
UHE São Simão	2ª Emissão debentures Série única	1.055.000	IPCA + 5,81%	1.754.694	2.134.680	2.556.686	3.024.836	3.543.605					
UHE São Simão	Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,26%	41.907	61.919	81.793	101.535	121.149					
UHE São Simão	Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	12.448	18.417	24.343	30.229	36.075					
Outros riscos considerados relevantes: a) <i>Risco regulatório</i> : As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. b) <i>Risco de alteração da legislação tributária no Brasil</i> : O ambiente tributário brasileiro encontra-se em processo de mudanças estruturais em razão da aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que substituirá os tributos atuais PIS, Cofins, ICMS, ISS e parte do IPI pelos novos CBS, IBS e Imposto Seletivo. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional. O processo regulatório segue em evolução, com leis complementares aprovadas em 2024 e 2025 e ajustes adicionais realizados pelo Congresso, incluindo alterações em regimes específicos,													
Composição da Diretoria													
Adriana Waltrick - Diretora Geral													
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas													
Guy Ishikawa - Diretor Financeiro													
Atividades de Investimento													
Ativo de direito de uso - correção contratual 13 (94.408) 140.405													
Imobilizado - Adição (baixa) de desmobilização 14 2.360 (10.289)													
Contadora													
Valéria Lopes de Souza - CRC - ISP145065/0-9													

Aos Diretores e Acionistas da **SPIC Brasil Energia Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **SPIC Brasil Energia Participações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Ativo financeiro vinculado à concessão:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro consolidado vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$7.889.357 mil. A parcela do montante pago pela outorga (direito de concessão) rela-

cionada ao direito incondicional da controlada UHE São Simão S.A. de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), é classificada como ativo intangível. A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as demonstrações contábeis. Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria em relação ao ativo financeiro vinculado à concessão, incluíam, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (iv) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise dos impactos oriundos da Receita Anual de Geração (RAG), por meio de inspeção das resoluções e notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual de Geração (RAG) e verificação das bases de remuneração; (vii) análises das comunicações do órgão regulador; e (viii) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro vinculado à concessão da controlada UHE São Simão S.A., assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações

benefícios fiscais e isenções. Essas definições podem afetar as bases de cálculo, alíquotas, regras de crédito e incentivos aplicáveis às operações da Companhia. Diante desse cenário, permanece incerteza relevante quanto aos impactos finais das mudanças tributárias sobre a apuração de tributos, reconhecimento contábil, margens e fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora continuamente a tramitação legislativa e os atos normativos que regulamentam o novo sistema, avaliando eventuais efeitos materiais que possam surgir em períodos subsequentes. c) *Mudanças climáticas:* A Companhia é grande contribuinte para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso hídrico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. d) *Debêntures:* Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado das debêntures são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental. **28. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguro de D&O (*Directors and Officer*) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$124.000 (limite compartilhado pelo Grupo SPIC Brasil) com período de vigência de 08 de novembro de 2025 a 08 de novembro de 2026. Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$2.851.788 e Responsabilidade Civil Geral com limite no montante R\$120.000 ambos com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026 (total consolidado das controladas operacionais). Responsabilidade Civil Obras no montante de R\$50.000 com vigência de 27 de janeiro de 2025 a 01 de agosto 2026 e Riscos de Engenharia Civil no montante de R\$350.000 com vigência de 27 de janeiro de 2025 a 01 de agosto 2027 (limite compartilhado entre os projetos em construção). **29. Transações que não afetaram o caixa:**

	Consolidado		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso - correção contratual	13	(94.408)	140.405
Imobilizado - Adição (baixa) de desmobilização	14	2.360	(10.289)

Contadora

Valéria Lopes de Souza - CRC - ISP145065/0-9

resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S LTDA.
CRC SP-034519/0-9

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/0-9

EY Shape the future with confidence

Aos Diretores e Acionistas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Ativo financeiro vinculado à concessão:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro consolidado vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$7.889.357 mil. A parcela do montante pago pela outorga (direito de concessão) rela-

cionada ao direito incondicional da controlada UHE São Simão S.A. de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado é classificada como ativo financeiro. Outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), é classificada como ativo intangível. A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as demonstrações contábeis. Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria em relação ao ativo financeiro vinculado à concessão, incluíam, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (iv) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise dos impactos oriundos da Receita Anual de Geração (RAG), por meio de inspeção das resoluções e notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual de Geração (RAG) e verificação das bases de remuneração; (vii) análises das comunicações do órgão regulador; e (viii) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro vinculado à concessão da controlada UHE São Simão S.A., assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (OVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações

contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração